

Amazonino é alvo de novas denúncias

Deputado acusa governador de remeter US\$ 500 mil ilegalmente para o exterior e de favorecer produtora de xarope com isenção

Tânia Fusco
Da equipe do Correio

No dia 28 de agosto de 1988, o governador Amazonino Mendes, então cumprindo seu primeiro mandato no governo do Amazonas, depositou 500 mil dólares em conta pessoal e numerada — 93.095-3 — no Maryland Bank International de Luxemburgo. A conta foi movimentada até 1993. A denúncia é do deputado federal Luiz Fernando Nicolau (PSDB-AM).

“Quero saber se aquele dinheiro aparece nas declarações de imposto de renda do governador”, desafia o deputado, que foi secretário de Saúde no início do primeiro governo de Amazonino — 1988 a 1992. “Saí porque o jogo era muito pesado”, justifica o hoje ferrenho adversário político de Amazonino, a quem chama de cleptomaniaco. “Ele não consegue passar um dia sem roubar”, ataca.

Pelas normas do Banco Central, ter conta bancária no exterior não é crime, desde que essa informação conste da declaração anual de imposto de renda e seja comprovada a origem do dinheiro. O deputado acredita que Amazonino não cumpriu essas formalidades legais. “Não é o estilo dele”.

Luiz Fernando, que é vice-líder do PSDB e integra a Comissão de Economia da Câmara, coleciona documentos contra as administrações de Amazonino. Defende a instalação da CPI da Reeleição, tendo inclusive apresentado requerimento, datado de 13 de maio, também propondo sua criação.

“Com uma investigação profunda sobre a compra de votos de deputados denunciada pela Folha de

S. Paulo, podemos alcançar figuras como Amazonino Mendes, que há anos fazem o que querem governando”, prega o deputado, justificando: “No estado, nada será feito contra os desmandos do governador, que controla com mão-de-ferro a Assembléia Legislativa, a Justiça e a imprensa local.”

HIDRANTES E IPI

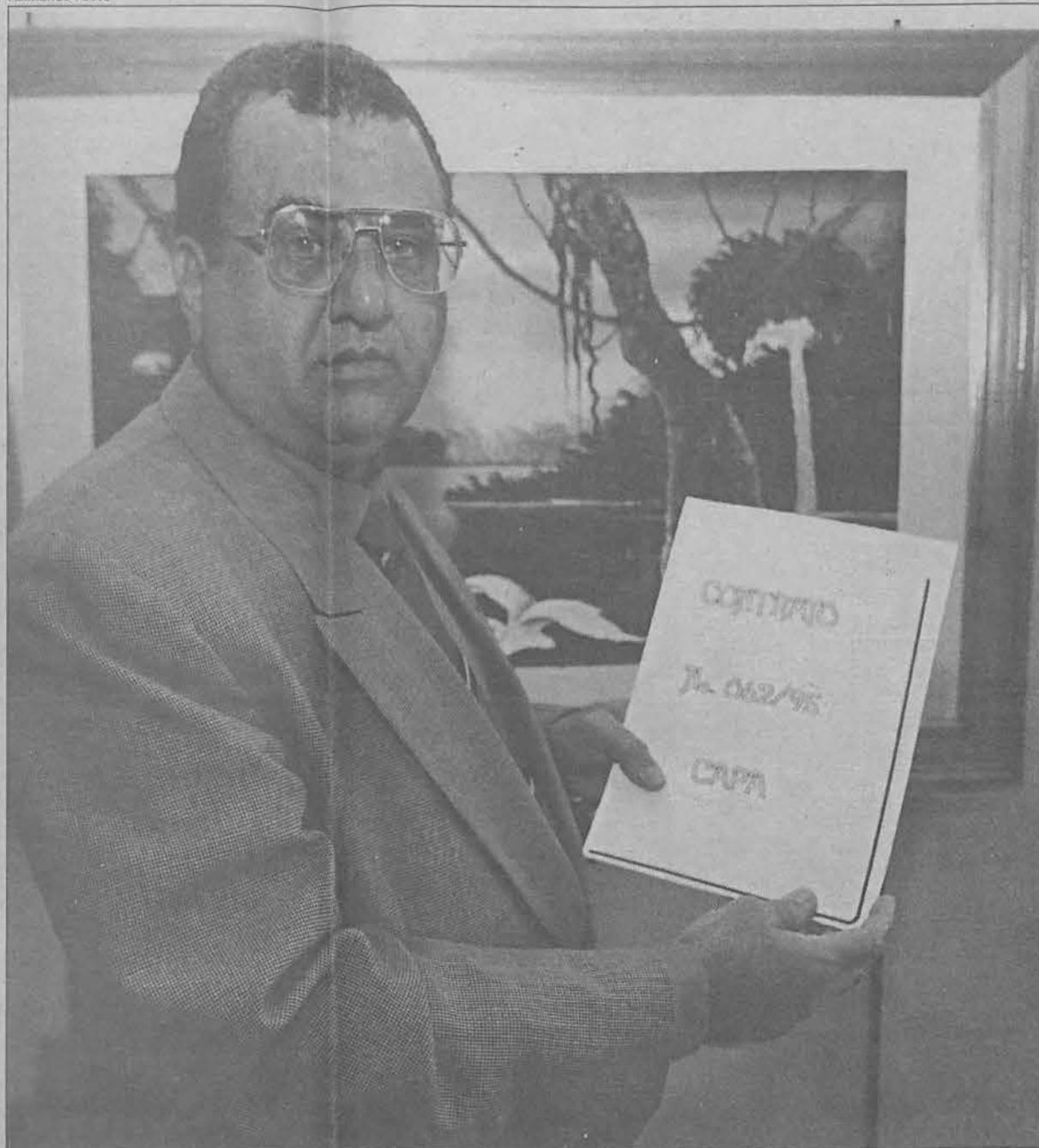
De uma das muitas pastas coloridas amontoadas pelas estantes de seu gabinete no Congresso o parlamentar tira munição para mais um ataque ao governador desafeto. “Aqui temos registrado gasto de R\$ 7.473.000,00 para compra e instalação de 150 mil hidrantes em Manaus. Se foram instalados três mil é muito. Vamos ver o mapa dessas instalações”, propõe.

O documento é um contrato firmado em 2 de outubro de 1995, entre a Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama) e a empresa Capa Construções e Pavimentação Ltda. A Capa seria uma das construtoras do governador Amazonino Mendes administrada por testas-de-ferro.

“Noventa por cento é dele. Todo mundo sabe disso no Amazonas. Difícil é provar”, admite Luiz Fernando, aproveitando para formalizar outro desafio: “Quero saber em que rubrica do orçamento estão guardados os R\$ 5 milhões doados pela empresa Recofarma, para investimentos sociais”.

Segundo o deputado, a empresa Recofarma, única produtora dos xaropes de guaraná e Coca-Cola no país, economiza R\$ 300 milhões a cada ano graças a uma injusta isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

Raimundo Paccó



O deputado Nicolau não perde uma chance para atacar Amazonino: “Ele não consegue passar um dia sem roubar”

“Pela lei, essa isenção é concedida para as empresas que utilizem matéria-prima do estado. A Recofarma, que distribui seus xaropes para 82 fabricantes de guaraná e Coca-Cola em todo o País, traz de fora do Amazonas a maioria do que utiliza. Por conta de tanta generosidade, a Coca-Cola do Amazonas até doou R\$ 5 milhões para a recuperação de uma usina de álcool e açúcar em Presidente Fi-

gueiredo (a 100km de Manaus), que é do Amazonino”, acusa.

ROUBALHEIRA

Luiz Fernando garante que há nove anos coleciona documentos “sobre a roubalheira de Amazonino”. São histórias de obras superfaturadas em hospitais, estádios, estradas, favores — sempre envolvendo dinheiro — ao eleitorado e outros desmandos.

“Sabe por que não tem precatório no Amazonas? Porque o governo não perde uma causa. Quando perde, simplesmente não paga”, diz o deputado, que se orgulha de ter sido o mais votado de seu estado. “Foram 70 mil votos”. Depois ensina: “Somos um estado privilegiado. Para uma arrecadação de R\$ 200 milhões temos uma folha de pagamento de R\$ 29 milhões. Onde no Brasil tem isso? Sobra muito dinheiro.”

Mendes,

